

# Hacia una reconstrucción del materialismo histórico

FRANCISCO HERREROS VÁSQUEZ  
*Madrid: Ediciones Istmo, 2005, 238p.*

ANGELA LAZAGNA\*

*Karl Marx's Theory of History: a Defense (KMTH)*, de Gerald A. Cohen, é considerada a obra fundadora do marxismo analítico, bem como a que mais claramente expôs o materialismo histórico. *Hacia una reconstrucción del materialismo histórico* ancora-se, fundamentalmente, nas teses de *KMTH*. Mas ao defender a reconstrução de uma “versão fraca do materialismo histórico”, Vásquez ampara-se, ao mesmo tempo, na crítica de Robert Brenner à interpretação tecnológica determinista do materialismo histórico. O principal argumento do livro de Francisco Herreros Vásquez é que mesmo que essa crítica possa ter desmantelado a interpretação de Cohen, ela ainda proporciona uma base para uma interpretação plausível do materialismo histórico que defenda a primazia explicativa das forças produtivas.

O “materialismo histórico fraco” de Vásquez é, em parte, o mesmo defendido por Erik Olin Wright, Andrew Levine e Elliott Sober, no qual a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas não conduz, necessariamente, a um outro modo de produção.

Após introduzir o leitor à obra de Cohen, Vásquez declara ser partidário da *tese da trava das relações de produção sobre as forças produtivas*, que fundamenta sua explicação da transição de um modo de produção a outro. De acordo com essa tese, as relações de produção existentes impedem a generalização das novas técnicas já

\* Doutoranda em Ciência Política pela Unicamp.

disponíveis (trava ao uso das forças produtivas). Se tais travas se repetem muitas vezes, existe uma grande probabilidade de que os processos de luta de classes gerados pelas mesmas resultem no desenvolvimento acidental de novas relações de produção.

Na tentativa de comprovar essa tese, Vásquez realiza um trabalho de fôlego: investe em análises da transição do escravismo ao feudalismo, do feudalismo ao capitalismo e do chamado modo de produção asiático.

Ao abordar a transição do feudalismo ao capitalismo, Vásquez recupera análises historiográficas marxistas clássicas sobre as revoluções Inglesa (Christopher Hill, Maurice Dobb) e Francesa (Jaurès, Lefebvre, Soboul, Rudé, Hobsbawm). Para o autor, a *teoria da revolução burguesa*, da qual essas análises são partidárias, veicula a interpretação tecnológica do materialismo histórico, já que nela a luta de classes aparece como resultado da contradição entre relações de produção e forças produtivas. Em seguida, o autor retoma os estudos das revoluções francesa e inglesa de autores *revisionistas* (da Revolução Inglesa, Conrad Russel, John Morrill, Laurence Stone, e da Francesa, Alfred Cobban, Runcimann, François Furet e Dennis Richet). Em geral, essas análises apontam para a inexistência de duas classes antagônicas na luta pelo poder. A *teoria da revolução burguesa* e as teses dos autores “revisionistas” introduzem na interpretação de Vásquez a perspectiva de Brenner da Revolução Inglesa, denominada “nova interpretação social”. O historiador norte-americano centra seu exame no conceito de classe, em resposta ao revisionismo e em repúdio ao determinismo tecnológico veiculado pela teoria da “revolução burguesa” (Vásquez, 2005, p.68). O principal argumento de Brenner é que a luta de classes e o surgimento das relações de produção capitalistas foram o resultado acidental dos enfrentamentos entre senhores e camponeses na Inglaterra entre os séculos XIV e XVI (Vásquez, 2005, p.77). Por fim, Vásquez recorre a Dobb (*A evolução do capitalismo*) para compatibilizar a teoria da revolução burguesa com as críticas de Brenner. A esse respeito, o autor argumenta que a transição do feudalismo ao capitalismo resultou de um processo de luta de classes indiretamente provocado pelo obstáculo das relações de produção feudais ao desenvolvimento das forças produtivas.

Ao analisar a transição do modo de produção escravista ao feudal, Vásquez se vale das análises de historiadores como Perry Anderson, De Saint Croix e Charles Parain, argumentando que a luta de classes travada no Império romano pelo controle do excedente e da terra não se deu entre classes fundamentais (proprietários e escravos), mas entre proprietários e a população trabalhadora livre. A diminuição do fluxo de entrada de escravos, em virtude do estancamento da conquista de territórios, aparece como principal causa da crise do Império. Como as relações de produção escravistas eram incapazes de desenvolverem ou criarem novas técnicas produtivas, a classe proprietária aumentou a exploração sobre os pequenos camponeses livres. Esses últimos resistiram, o que desencadeou um processo de luta de classe que se concretizou na vitória dos grandes proprietários e na formação das relações de produção feudais.

Ao explorar o impasse entre o conceito de “modo de produção asiático” e as teses da interpretação tecnológica do materialismo histórico, Vásquez sugere que sua resolução só é possível através do abandono de tal conceito. Segundo o autor, as formações sociais asiáticas e as sociedades europeias pré-capitalistas podem ser englobadas pelo conceito de “sociedades pré-capitalistas de classes”. Ademais, o autor defende que as ideias sobre a imutabilidade das sociedades asiáticas devem ser abandonadas. No entanto, se houve naquelas sociedades uma trava ao desenvolvimento das forças produtivas, nas mesmas o capitalismo não se constituiu endogenamente; esse processo resultou do advento do imperialismo europeu.

O livro finaliza com um anexo no qual Vásquez recupera um argumento formulado por Cohen na segunda edição de *KMTH*, que defende a validade da versão determinista e tecnológica do materialismo histórico, inclusive, para explicar a *transição do socialismo ao capitalismo* na ex-URSS. Amparando-se em três autores que empreenderam uma análise dessa macrotransição (Tom Mayer, Simon Clarke e David Kotz), Vásquez afirma que a crise que assolou a URSS nos anos de 1970 instaurou uma contradição entre as relações de produção e as forças produtivas. No entanto, essa contradição não ocasionou um processo de luta de classes, e sim uma luta intraclasse que obrigou a URSS a concretizar a transição ao capitalismo. Cabe dizer que o anexo evidencia os limites da versão de Cohen do materialismo histórico e os da sua aplicação por Vásquez no que se refere ao conceito de forças produtivas. Ao defender um conceito neutro de forças produtivas, que privilegia unilateralmente o seu caráter evolutivo, tanto Cohen quanto Vásquez desconsideram o tipo de relação de produção que passa a dominar a URSS após 1917. Tampouco consideram a sociedade, a economia e a política da ex-URSS como uma totalidade articulada. Ao identificar o socialismo com a supressão da propriedade privada dos meios de produção (Vásquez, 2005, p.212), Vásquez acaba por defender a fórmula: socialismo = estatização; desconsidera que, da mesma maneira que o capitalismo desenvolveu um novo tipo de força produtiva – o maquinismo –, diferente daqueles próprios ao feudalismo, também caberia ao socialismo construir um novo tipo de tecnologia, bem como seus usos sociais. Esse desenvolvimento só seria possível com a destruição das relações de produção capitalistas. Essa não é uma ideia nova: na década de 1970, intelectuais comprometidos com a chamada escola althusseriana já desenvolviam uma análise marxista que permitia uma crítica do “socialismo real”. O economista francês Charles Bettelheim, influenciado pela experiência da revolução cultural chinesa, foi o principal intelectual a defender a tese de que o capitalismo reaparecera na ex-URSS sob uma forma diferente e estatal já durante o período de Stálin.

Por fim, uma última observação. Salientamos que o “materialismo histórico fraco” que Vásquez defende é, apenas *em parte*, o mesmo defendido por Wright, Levine e Sober. Isso porque o autor não confere centralidade à teoria da escolha racional, presente na reconstrução do materialismo histórico oferecida por esses autores. De qualquer maneira, em nenhum momento do seu livro Vásquez realiza uma crítica a essa teoria.

LAZAGNA, Angela. Resenha de: VÁSQUEZ, Francisco Herreros. Hacia una reconstrucción del materialismo histórico. Madrid: Ediciones Istmo, 2005, 238p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.34, 2012, p.171-173.

***Palavras-chave:*** Materialismo histórico; Feudalismo; Capitalismo.